



CENTRAL EÓLICA BORBOREMA II S.A.

CNPJ/ME nº 47.034.126/0001-40

Demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Nota 31/12/2022

Nota 31/12/2022

ATIVO
Circulante
Caixa e equivalente de caixa

7 50

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Circulante

Fornecedores

Impostos a pagar

Total do passivo

Patrimônio Líquido

Capital social integralizado

Prejuízos acumulados

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

Total do ativo

Total 50

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas

Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Resultado líquido do exercício

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Nota 31/12/2022

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas

Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Resultado líquido do exercício

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Capital social

Lucros/prejuízos

acumulados

Total

Saldo em 05 de julho de 2022

Capital social subscrito conforme ato societário

500

(450)

- (12.731)

50 (12.731) (12.681)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Capital social

Lucros/prejuízos

acumulados

Total

500

(450)

- (12.731)

50 (12.731) (12.681)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

(12.731)

(12.731)

Variações em:

Fornecedores

12.540

Impostos a pagar

191

Caixa proveniente das atividades operacionais

-

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital

50

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

50

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

50

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

50

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

50

Mensuração a valor justo:

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo reflete a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia.

São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(i) Nível 1: Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(ii) Nível 2: Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa;

(iii) Nível 3: Para o ativo ou passivo que não é baseado em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

11.2. Risco de juros:

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores.

Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de setor, a Companhia não utilizará esta forma de mensuração.

11.3. Risco de liquidez:

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua avançagem operacional.

Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

11.4. Risco de crédito:

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos.

Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

31/12/2022

Bancos conta movimento

-

Total

-

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida.

A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções.

As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras.

Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras.

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à

Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal,

são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros Grupo EDP - Energias de Portugal,

que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas.

A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

11.5. Risco cambial:

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Euro (EUR) e Dólar americano (USD).

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses.

Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado.

Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo.

11.6. Riscos regulatórios:

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e

demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.).

A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

Diretoria

Paula Ferraro Dalbello - Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório da auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Adriano Formosinho Correia

Contador - CRC 1BA029904/O-5

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Borboreira II S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borboreira II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de julho á 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Borboreira II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de julho á 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi